



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marx Beltrão - PP/AL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2023
(Do Sr. MARX BELTRÃO)

Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, a Resolução nº 487, de 15 de fevereiro de 2023, do Conselho Nacional de Justiça, que “Institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e estabelece procedimentos e diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei n. 10.216/2001, no âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica sustada, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, a Resolução nº 487, de 15 de fevereiro de 2023, do Conselho Nacional de Justiça, que “Institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e estabelece procedimentos e diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei n. 10.216/2001, no âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança.”

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Resolução nº 487ⁱ do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) estabelece o fim dos hospitais de custódia e tratamento psiquiátricos, mais conhecidos como manicômios judiciais têm causado debates no país sobre a



forma de sua aplicação e inquietação aos familiares das pessoas custodiadas com transtornos psiquiátricos que se encontram atualmente nos hospitais.

Segundo os dados informados pela Secretaria Nacional de Políticas Penaisⁱⁱ de dezembro de 2022 havia cerca de mais de 832 mil pessoas presas no Brasil sendo 1.869 (0,2%) são internos em 27 hospitais de custódia no país.

Entretanto, essa medida de suspender a entrada de novos pacientes, fechar alas e iniciar a transferência de pessoas custodiadas para a Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde não condiz com atual estrutura do SUS em estrutura física, orçamentaria e logística, com alas para pacientes psiquiátricos.

De acordo com a Notaⁱⁱⁱ do Conselho Federal de Medicina, a Associação Brasileira de Psiquiatria e a Associação Médica Brasileira não foram ouvidas sobre a situação disposta na Resolução nº 487 do Conselho Nacional de Justiça.

O Conselho Nacional de Justiça cria essa normativa no Judiciário mediante a Lei Antimanicomial, de 10.216 de 2001, que estabelece que pessoas com transtorno mental tenham direito a tratamento em ambiente terapêutico com o uso dos meios menos invasivos possíveis e, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental (art. 2º, incisos VIII e IX)^{iv}.

Ressalvo que tanto a Resolução do CNJ quanto a Lei Antimanicomial são indispensáveis para a melhoria das pessoas custodiadas, pois visam um tratamento mais humanizado. Ocorre que é necessário preparar a estrutura do SUS para que os pacientes psiquiátricos tenham o essencial no acompanhamento e tratamento.

Por essa razão, acredito que seja fundamental revogar a Resolução nº 487 do CNJ e a Lei Antimanicomial 10.216/2001 para que possamos implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência adequadamente e com a segurança de que o tratamento não venha ser interrompido em razão da ausência de logística e estrutura.



Em face do exposto, contamos com o apoio dos nossos nobres Pares para que este Projeto de Decreto Legislativo possa prosperar.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado MARX BELTRÃO

ⁱ <https://atos.cnj.jus.br/files/original2015232023022863fe60db44835.pdf>

ⁱⁱ <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/paineis-anteriores>

ⁱⁱⁱ <https://portal.cfm.org.br/noticias/cfm-apoia-manifestacao-contra-fechamento-de-hospitais-de-custodia-e-tratamentos-psiquiatricos/>

^{iv} <https://www.migalhas.com.br/quentes/390389/manicomios-judiciarios-extintos-especialista-explica-resolucao-do-cnj>

